

GENOCÍDIO NA DEMOCRACIA BRASILEIRA¹

GENOCIDE IN BRAZILIAN DEMOCRACY

Fernando Conceição²



RESUMO

Aponta-se que um dos fenômenos mais preocupantes da atualidade da democracia no Brasil, e que pode ser estendido aos países da América Latina e do Caribe, é o alto índice de assassinatos, abalando pela criminalidade a vida dos cidadãos, que se sentem desprotegidos pelo Estado que se autodenomina democrático de Direito. O noticiário das chacinas já não provoca reações de indignação na sociedade, que vai se resignando a essa realidade. Discutem-se essas questões a partir de um ensaio e referentes clássicos multidisciplinares e estratégia de pesquisa, da revisão bibliográfica complementada pela análise de dados estatísticos do mapa da violência. Parte-se das hipóteses que os discursos hegemônicos que naturalizariam o *status quo* da violência nessas sociedades pós-coloniais é reflexão que se impõe a partir do imaginário de senso comum acerca do perfil das vítimas em potencial dos homicídios e se os donos

do poder, em obediência à tradição secular do Estado brasileiro – patrimonialista, cartorial e herdeiro de uma visão epistemológica fundada no racismo – são cognitivamente incapacitados para agir na direção de superar o problema. Conclui-se que a população que mais morre são os pobres, negros (ou pretos) e prostitutas, e que isso não causa indignação, pois costuma-se propalar no Brasil, que essas são vítimas históricas preferenciais da violência em um país construído pela violência do escravismo colonial, de família patriarcal e conservadora, entretanto esse fenômeno do genocídio da juventude negra obstrui a qualidade da democracia no Brasil, sendo os estados de maior incidência a Bahia, seguido da Paraíba.

Palavras-chave: Genocídio-Brasil; Mapa da Violência – 2014; Estado Democrático de Direito.

¹ O presente artigo é um excerto de um ensaio de maiores dimensões resultante de pesquisa de estágio pós-doutoral junto ao CES-Coimbra, com supervisão de Boaventura de Sousa Santos. O autor assume a total responsabilidade por seu conteúdo.

² Pesquisador em estágio sênior posdoutoral junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (2014-2015). Professor da Faculdade de Comunicação e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia. E-mail: fernconco@ufba.br. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6703465975546557>

ABSTRACT

It is pointed out that one of the most worrisome phenomena of the present day democracy in Brazil, which can be extended to the countries of Latin America and the Caribbean, is the high rate of murder, undermining by criminality the life of two citizens, who feel unprotected by State that calls itself democratic of Law. The news of the slaughters no longer causes reactions of indignation in society, which is resigning to this reality. These questions are discussed based on a classic multidisciplinary essay and research strategy, from the bibliographic review complemented by the statistical data analysis of the violence map. It is hypothesized that the hegemonic discourses that would naturalize the status quo of violence in these postcolonial societies are a reflection that is based on the common sense imaginary about the profile of potential victims of homicides and whether the owners of power, in obedience to the secular tradition of the Brazilian state - patrimonialist, cartorialist and heir of an epistemological view founded on racialism - are cognitively incapable to act in the direction of overcoming the problem. It is concluded that the population that dies the most is the poor, blacks (or blacks) and prostitutes, and that this does not cause indignation, as it is usually spelled in Brazil, that these are the preferred historical victims of violence in a country built by violence of colonial slavery, of a patriarchal

and conservative family, however, this phenomenon of genocide of black youth obstructs the quality of democracy in Brazil, the states with the highest incidence being Bahia, followed by Paraíba.

Keywords: Brazil-Genocide; Map of Violence -2014; Democratic State of Right.

INTRODUÇÃO

Um dos fenômenos mais preocupantes da atualidade da democracia no Brasil, mas que pode ser estendido ao conjunto de países da América Latina e do Caribe, é o alto índice de assassinatos. Abre-se os jornais, a qualquer dia da semana, e nesses lugares encontram-se as mesmas notícias: “Fogo cruzado”, como está em um Jornal da Bahia em 24 de janeiro de 2015,³ faz parte do cotidiano da população desses países e desses lugares da periferia capitalista.

Restringiremos, porém, o nosso olhar àquele que é apresentado como o país colocado como a 7ª economia global em produto interno bruto nominal, de acordo com rankings de agências como The World Bank (2014):⁴

³ Jornal Correio*, páginas 26 e 27. A reportagem fala do assassinato de dois jovens, de autoria atribuída a policiais, em um bairro popular da periferia de Salvador, da reação de moradores – que tocaram fogo em ônibus – e do clima de temor ali instalado. Coisas iguais acontecem diariamente em cidades da América Latina, sem repercussão equivalente a fatos ocorridos em países democráticos da parcela do globo que adere ao Estado Democrático de Direito.

⁴ A posição do Brasil como país em desenvolvimento e uma das principais economias do mundo se manteve constante no último quinquênio.

Ranking	Economy	Millions of US dollars
1	United States	16,800,000
2	China	9,240,270
3	Japan	4,901,530
4	Germany	3,634,823
5	France	2,734,949
6	United Kingdom	2,521,381
7	Brazil	2,245,673
8	Russian Federation	2,096,777
9	Italy	2,071,307
10	India	1,876,797

Quadro 1 - Gross domestic product 2013

Fonte- World Development Indicators database, World Bank, 22 September 2014.

Se é fato que a violência, transformada em verdadeira epidemia em tempos de paz, atinge de forma avassaladora as populações de países dessa parte do planeta,⁵ há de se distinguir as diferenças de desenvolvimento econômico, de distribuição da riqueza material e da cultura das instituições políticas de cada um deles.

Vai para muito além dos limites da reflexão proposta neste presente ensaio, pretender a ambição de analisar os pormenores das matrizes dos países

latino-americanos e do Caribe. Contudo é mister comparar o lugar ocupado pelo Brasil no concerto da economia global – o primeiro logo abaixo das seis grandes economias mundiais – com seus vizinhos da região planetária que enfrentam o mesmo fenômeno da violência crônica.

É quase a metade da do Brasil a riqueza econômica bruta do México, país que entre os latinos segue o Estado brasileiro, na 15ª posição. Mais abaixo vem a Argentina (21ª), depois a Venezuela (27ª).

Gross domestic product 2013		
Ranking	Economy	Millions of US dollars
15	Mexico	1,260,915
21	Argentina	611,755
27	Venezuela, RB	438,284
31	Colombia	378,148
38	Chile	277,199
51	Peru	202,296
62	Puerto Rico	103,135
64	Ecuador	90,023
69	Cuba	68,234
72	Dominican Republic	60,614

Fonte- World Development Indicators database, World Bank, 22 September 2014

A cada dez minutos uma pessoa é morta no Brasil democrático de hoje. Aí a violência fatal vitima preferencial a juventude negra.⁶ No país, em 2012 foram assassinados 30.000 jovens com idade de 15 a 29 anos – 82 assassinatos nessa faixa etária por dia! Desse total, 77% foram identificados como negros (Mapa da Violência, 2014).

Os pressupostos de uma sociedade que zela pela manutenção da democracia, não apenas nominal, mas formalizada em normas, leis e condutas inerentes ao Estado Democrático de Direito, vêem-se, dessa forma, minados, enfraquecidos, abalados pela criminalidade que atinge

diretamente a vida dos cidadãos. Que, diante do clima de insegurança a que são obrigados a conviver no seu cotidiano, passam mesmo a suspeitar dos valores reivindicados pelo estatuto democrático.

Ora, o país, por sua maioria, lutou anos a fio para reconquistar a democracia recente, depois de conviver, entre 1964 a 1985, com a suspensão, rigorosa ou amena, das liberdades políticas e civis. Com o fim da Guerra Fria, mais e mais as sociedades locais se libertaram do maniqueísmo ideologizante – tendo o Brasil optado, constitucionalmente, por ser uma república social-democrática, de base econômica capitalista, politicamente liberal.

⁶ Não utilizaremos o termo afrodescendente, vez que adotamos a teoria hegemônica quanto à origem da espécie humana, toda ela parente de Lucy, a “Eva” etíope, fóssil encontrado em 1974 pela equipe de Donald Johanson e Maurice Taieb.

A sociedade condenou as arbitrariedades do regime de exceção comandado por militares e quis entregar o comando da pátria a civis identificados com as causas sociais, comprometidos em melhorar a vida das pessoas e resgatar a dívida histórica de um Estado por natureza excludente, posto que originário da colonização escravagista.

Duas décadas e meia depois do retorno da normalidade institucional, o Brasil registra índices positivos em diferentes setores. A liberdade de expressão está assegurada. Há nítida separação na atuação dos poderes legislativos, executivos e judiciários, assim como um Ministério Público independente. Políticas sociais com foco na inclusão de grupos historicamente discriminados negativamente por sua condição étnica, de gênero, ou de participação no mercado, diminuíram os índices de pobreza total.

Contudo, ao lado de tais conquistas, a sociedade vê-se constrangida a conviver com dados alarmantes de insegurança pública. Sem que, nos limites balizados pelo mesmo Estado Democrático de Direito, os governos atuem na direção de garantir à população perspectivas de resolução do problema.

Lima (2008, p. 9), ao propor uma reflexão sobre o tema, embora restringindo-se ao universo específico da atuação das Polícias Militares (PMs), recorre a Zaverucha (2005: 129) para lembrar ser incompatível ao aprofundamento da democracia o que chama de “militarização da segurança pública”. O olhar da autora é de entendimento, pela contextualização, *do como* a instituição policial funciona. O nosso é o da observação do fenômeno, pela crítica. *Do por que* funciona desse jeito.

PERSISTÊNCIA DO FATOR “RAÇA” NAS MORTES

Na década que vai de 2003 a 2012, com o domínio do Partido dos Trabalhadores, que se autodenomina de esquerda progressista, à testa do governo central da República, as mortes violentas aumentaram no país. E a cobertura jornalística na mídia diária tornou o tema banal. O noticiário das chacinas já não provoca reações de indignação no seio da sociedade, que parece vai se resignando a essa realidade.

A minha hipótese é que o comportamento complacente da sociedade com a violência no Brasil tem relação direta com o imaginário de senso comum acerca do perfil das vítimas em potencial dos homicídios. A hipótese secundária é que os donos do poder, em obediência à tradição secular do Estado brasileiro - patrimonialista, cartorial e herdeiro de uma visão epistemológica fundada no racismo - são cognitivamente incapacitados para agir na direção de superar o problema.

O reconhecimento dessa incapacidade não exime de responsabilidade esses que, independentemente do matiz ideológico, dominam as esferas de decisão no Brasil, se direita ou esquerda (os polos que disputam hegemonia). Quem está sendo morta é gente majoritariamente das camadas pobres da população, moradora nos grandes centros urbanos compostas por negros e mestiços. Em um país que tem dificuldades de reconhecer o racismo e a discriminação racial que se abatem sobre esse estrato social.

Pobres e pretos podem morrer à vontade em um país que valoriza muito

mais o patrimônio material que a vida das pessoas (VARJÃO, 2008). Nossa primeira reação à violência fatal da Polícia na Bahia ocorreu, de forma articulada com os movimentos de combate à ditadura militar, ainda em 1982.

Nossa tese é que a mudança do comando do poder político a partir do êxito eleitoral do PT, tanto na esfera federal como em esferas estaduais ou locais, e as expectativas daí advindas, não resultaram em mudança qualitativa da relação do aparelho repressor do Estado – suas forças policiais e o seu aparato judicial – com o estrato populacional subalternizado por razões socioeconômicas.

Pobres, negros (ou pretos) e prostitutas, costuma-se propalar no Brasil, sempre foram as vítimas históricas preferenciais da violência em um país construído pela violência do escravismo colonial, de família patriarcal e conservadora.

Estado brasileiro fundado em bases estruturais escravocratas, com forte componente racialista. Por séculos, plasmado em ideários alienígenas eurocêntricos (SKIDMORE, 1989; SCHWARCZ, 1993). Que sempre enxergou os não-brancos, principalmente os negros, como ameaça, vez que inatamente tendentes à criminalidade (Rodrigues, 1976, 1939, s/d.; Gobineau, 1937, 1874).

Se a reconquista da democracia institucionalizada a partir da Constituição de 1988⁷ possibilitou a emergência de uma sociedade civil que se organiza a duras penas, pressionando o Estado na direção de relações menos arbitrárias contra o seu povo, esse mesmo ambiente democrático, ainda que muitas vezes apenas formal, tem sido incapaz de conter a espiral de assassinatos da população civil em tempos de aparente normalidade institucional.

O Brasil ocupa em 2014 a 7ª posição, entre 95 países do mundo, em taxa de homicídio total e taxa de homicídio contra os jovens.⁸ Saber quais teias invisíveis ligariam, ainda hoje, os discursos hegemônicos que naturalizariam o *status quo* nessas sociedades pós-coloniais é reflexão que se impõe. Apesar de Portugal ocupar a 72ª (no total) e a 70ª (contra os jovens), no âmbito do mesmo fenômeno, seria interessante compreender os resquícios da herança do colonialismo português como fator de influência nessa temática. É desafio que mereceria investimento de investigação.

⁷ No contexto ideológico da Guerra Fria, o Brasil foi mergulhado numa ditadura militar que durou de 1964 a 1985, quando os civis retomaram o poder. A fase de transição política foi concluída depois da aprovação da Constituição Federal de 1988 e a eleição, pelo voto direto e universal, do presidente da República em 1989 e daí por diante.

⁸ Superado, pela ordem, apenas por El Salvador, Ilhas Virgens (EUA), Trinidad e Tobago, Venezuela, Colômbia e Guatemala. Dados de 2007 a 2010, sistematizados por Waiselfisz (2013. p. 68).

VIOLÊNCIA E COLONIZAÇÃO

São essas teias decorrentes da herança das razões imperialistas da colonização escravocrata (SAID, 1995), que implantou o modelo de relações capitalistas presentes em Portugal e no Brasil? Modelo cuja base seria o racismo científico, apontado por Mills?⁹ As migrações dele decorrentes trazem, para a sede da ex-colônia, a presença física de africanos: homens, mulheres, jovens e crianças que chegam das nações tornadas independentes nos estertores do salazarismo¹⁰, a partir dos anos 1960.

Há nas periferias em torno das metrópoles portuguesas, depois da integração desse país à União Europeia¹¹, situações de violência contra a sua população negra, e jovem, que poderiam relacionar-se ao que ocorre em metrópoles brasileiras?

Em quais níveis e escalas? São perguntas ainda órfãs de respostas.

Compartilhamos a tese de Boaventura de Sousa Santos de ser Portugal “uma sociedade semiperiférica [...] de desenvolvimento intermédio, cujo papel estrutural no sistema mundial é o de realizar, no contexto europeu em que se situa, a intermediação entre os países centrais e os países periféricos”. (SANTOS, B., 2013, p. 100-01). Enfrenta, portanto, situações sociais análogas às do Brasil, particularmente no tocante àquele aspecto chamado à atenção por Milton Santos, da dupla existência, dentro da mesma nação, de duas: a “nação passiva” e “nação ativa” (Santos, 2001, p. 155-58).¹²

Pensamos que o fenômeno do genocídio da juventude negra obstrui a qualidade da democracia. Uma ecologia dos saberes, incorporando no mesmo grau hierárquico de conhecimento a contribuição do discurso

⁹ Charles Mills (1997) defende a tese de que a supremacia branca ocidental no mundo é um sistema político não-nomeado, que estrutura a sociedade organizada racialmente, “um Estado racial e um sistema jurídico racial, onde o status de brancos e não brancos é claramente demarcado, quer pela lei, quer pelo costume”. Para Sueli Carneiro (2014), sociedades desse tipo, na qual o racismo é estruturante, “impede a realização dos fundamentos da democracia, quais sejam a liberdade, a igualdade e a fraternidade, posto que semelhante sociedade consagra hegemonias e subalternizações racialmente recortadas.”

¹⁰ Salazarismo designa o longo período político-ideológico da ditadura que dominou Portugal dos anos 20 a 1974. Cf. Meneses (2011).

¹¹ Ao analisar o processo de ingresso de Portugal à Comunidade Econômica Europeia a partir de 1º/01/1986, Fernando Medeiros, da Universidade Paris X e do ICS, escreve: “O balanço do processo de integração de Portugal na CEE permite fazer um apanhado geral dos problemas que as disparidades de desenvolvimento econômico e social colocam à construção europeia, designadamente aqueles que se prendem com os desfasamentos entre integração econômica e unificação política. A questão do dumping social, por exemplo, surge quando a sua prática é erigida num dado país como um instrumento privilegiado da concorrência econômica, e o facto é que Portugal ainda não conseguiu esbater essa imagem depreciativa nos países mais avançados da Comunidade. Sem dúvida, essas acusações denegam uma realidade mais matizada, mas a grande tolerância da sociedade portuguesa para certas práticas, nem sempre ilegais, que constituem verdadeiros atentados aos valores sociais dos países europeus mais desenvolvidos, continua a fornecer matéria para alimentar essa suspeição”. [Foi mantida a grafia original]. As “práticas” a que o autor se refere certamente contemplam o “racismo sutil”, recentemente denunciado por organismos de avaliação internacionais.

¹² “Do fato de serem as contabilidades nacionais globalizadas – e globalizantes! -, a grande ironia é que se passa a considerar como nação ativa aquela que obedece cegamente ao desígnio globalitário, enquanto o resto acaba por constituir, desse ponto de vista, a nação passiva. A fazer valer tais postulados, a nação ativa seria a daqueles que aceitam, pregam e conduzem uma modernização que dá preeminência aos ajustes que interessam ao dinheiro, enquanto a nação passiva seria formada por tudo o mais” (Santos, 2001: 156). Para o autor, o que devemos considerar é o contrário: a nação chamada passiva seria, de fato, a nação ativa.

dos que, de baixo, combatem o morticínio perpetrado, pode oferecer respostas a esse abismo banhado em sangue.

O esforço de empreender uma reflexão simétrica entre o Brasil, país que por quase quatro séculos recebeu mais de 75% do comércio de africanos escravizados no mundo, e Portugal, cujos próceres controlaram e quase monopolizaram tal comércio, poderia ser útil à compreensão do fenômeno nos dias atuais.¹³

RACISMO, BASE IDEOLÓGICA DO GENOCÍDIO NEGRO

Afirmamos ser o racismo a base ideológica que estrutura aquilo que, a exemplo de Abdias do Nascimento (1978), entendemos como o genocídio da população negra na epistemologia etnocêntrica.¹⁴

Dados do Mapa da Violência (2014), que está para além dos registros do Datasus já vistos em páginas anteriores, indicam que no ano de 2012 foram assassinadas no Brasil 56.000 pessoas. O número equivale a mais de 10% do total de assassinatos registrados em todo o planeta naquele

ano – incluindo regiões conflagradas em guerra (UNODC, 2013: 17).¹⁵

Faz-se necessário o investimento numa investigação de caráter transversal. Que não pretenda debruçar-se sobre o número global de mortes no Brasil, a sétima ou oitava economia mais rica do planeta, segundo o Banco Mundial. Que tenha por fim a produção de um diagnóstico interdisciplinar sobre a incidência dos homicídios sobre o estrato específico da população. Diagnóstico advindo das trocas de saberes entre a academia e grupos sociais de combate às violências do racismo.

Pode-se falar em racismo porque, de acordo com documentos oficiais, é alta a parcela das vítimas, entre 15 e 29 anos de idade, identificada como negro-mestiça (pretos+pardos) ou negra.¹⁶ Os índices das ocorrências do fenômeno variam de lugar para lugar, mesmo no Brasil. Contudo, a Bahia é o Estado da federação no qual a juventude negra é o estrato mais vulnerável da população.

¹³ Caldeira (2013) nos informa que entre o final do século XVIII e a primeira metade do XIX o Brasil foi o destino de 95% dos escravizados transportados da África.

¹⁴ Em *O genocídio do negro brasileiro* (1978), Abdias do Nascimento denuncia o duplo caráter desse fenômeno no Brasil, segundo o autor materializado no processo de miscigenação e na imposição do paradigma da cultura eurocêntrica, tendo por resultado o extermínio físico e cultural do grupo subalternizado.

¹⁵ Global Study on Homicide, Unodc, 2013.

¹⁶ Do total de 196,9 milhões de brasileiros, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), 52,3% são pretos e pardos, aqui em nosso estudo tomados por negros. Ver PNAD, 2012.

Com mais de 14 milhões de habitantes a Bahia é, das 27 unidades federativas do Brasil, aquela cuja população majoritariamente se autoidentifica como não-branca. É de quase 80% o índice dos que se autodeclararam pretos e pardos.¹⁷

E é o Estado que, superado apenas por Paraíba¹⁸, detém o segundo maior índice de homicídios registrados no país na última década.

Os dados globais apontam para a estabilização da taxa de assassinatos registrados nos últimos anos no Brasil, que ainda permanece alarmantemente alta. Mas enquanto em outros Estados a mortalidade violenta, especificamente homicídios, vem diminuindo, na Bahia entre 2007 e 2011 cresceu em 75%!¹⁹

Entre 2001 e 2011 houve um crescimento de 245,2% no número total de homicídios registrados na Bahia²⁰, o que torna esse o Estado mais perigoso para se viver no Brasil, cujo percentual de aumento populacional na mesma década foi de 8,9%.

¹⁷ Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), 2010.

¹⁸ Paraíba, um dos nove Estados da região Nordeste – demograficamente a mais densa e economicamente a mais empobrecida – conta com cerca de 3,8 milhões de habitantes, 63.3% não-brancos, pretos e pardos (mas como já dissemos, a maioria dos pardos é cafuzo).

¹⁹ Global Study on Homicide, id.,ibid. No mesmo período, na Paraíba a taxa cresceu 150%.

²⁰ Mapa da Violência (2013).

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **MAPA DA VIOLÊNCIA**, 2013. Brasília: 2013.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **MAPA DA VIOLÊNCIA**, 2014. Brasília: 2014.

CALDEIRA, A. M. **Escravos e traficantes no império português** – o comércio negreiro português no Atlântico durante os séculos XV a XIX. Lisboa: Ed. A Esfera dos Livros, 2013.

CARNEIRO, S. "**Epistemicídio**". Disponível em: <http://www.geledes.org.br/epistemicidio#axzz3HPi97tMi>. Acesso em: 30 set. 2014.

GOBINEAU, A. de. **Ensayo sobre la desigualdad de las razas humanas**. Barcelona: Ed. Apolo, 1937.

GOBINEAU, A. "L'émigration au Brésil". In **Le Correspondant**, t.96, 25/7/1874.

GOVERNO Federal. **Vozes da nova classe média**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2013.

LIMA, Cristiane do S. L. "Violência e consolidação democrática do estado brasileiro: um estudo sociológico sobre o processo de trabalho policial militar no Brasil (1985-2007)". **E-cadernos CES**, 02, 2008 [<http://eces.revues.org/1278>], acessado em 6 jan. 2015.

MEDEIROS, F. "A formação do espaço social português: entre a 'sociedade-providência' e uma CEE providencial". **Análise Social**, Lisboa, v. 27. p.118-119, 1992.

MENESES, F. R. **Salazar** – biografia definitiva. São Paulo: Leya Brasil, 2011.

MILLS, C. W. **The Racial Contract**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1997.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

POMBO, O.; LEVY; e GUIMARÃES. **A interdisciplinaridade: Reflexão e experiência**. Lisboa: ed. Texto, 2. ed., 1994.

SAID, E. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade** (9ª ed.). Coimbra: Almedina, 2013.

SANTOS, B. de S. e MENESES, M.P. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade de Salvador**. 2. ed. São Paulo/Salvador: Edusp-EDUFBA, 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, T. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

UNITED NATIONS. **Report of the Working Group of Experts on People of African Descent on its eleventh session/ Mission to Portugal**. General Assembly, 13 August, 2012.

UNODC. **Global Study on Homicide 2013**. Viena: 2014.

VARJÃO, Suzana. **Micropoderes, macroviolências**. Salvador: EDUFBA, 2008.

WASELFISZ, J.J. **Homicídios e juventude no Brasil** - Mapa da Violência 2013. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2013.

ZAVERUCHA, J. FHC, **Forças Armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia**. Rio de Janeiro, Record, 2005.

SITES

Campanha Reaja: <http://reajanasruas.blogspot.pt/>

Plataforma Gueto: <http://plataformagueto.wordpress.com/2012/01/13/plataforma-gueto/>

S.O.S. Racismo: <http://www.sosracismo.pt/>

Mapa da Violência: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=148&Itemid=235